

A RACIALIZAÇÃO DO SER SOCIAL E A DIVISÃO RACIAL DO TRABALHO NO BRASIL: uma análise da (re)produção do racismo no modo de produção especificamente capitalista

Leonardo Dias Alves¹

RESUMO: O objetivo desse artigo é compreender o emaranhado que a divisão racial do trabalho provoca no modo de produção capitalista. Consideramos que a base fundante do racismo no Brasil foi a racialização do ser social, e a partir do processo germinal do racismo no Brasil, originou-se a divisão racial do trabalho. Buscamos demonstrar que a divisão racial do trabalho não poderia existir sem a existência prévia do racismo, pois ela é consequência e não causa do mesmo. Conclui-se que a divisão racial do trabalho é a espinha dorsal de (re)produção do racismo.

ABSTRACT: The purpose of this article is to understand the tangle that the racial division of labor causes in the capitalist mode of production. We consider that the founding basis of racism in Brazil was the racialization of the social being, and from the germinal process of racism in Brazil, the racial division of labor originated. We seek to demonstrate that the racial division of labor could not exist without the prior existence of racism, as it is a consequence and not a cause of it. It is concluded that the racial division of labor is the backbone of the (re)production of racism.

Palavras-chaves: Divisão Racial do Trabalho; Racismo Estrutural; Modo de Produção Capitalista; Escravidão Moderno; Ser Social Escravizado.

Keywords: Racial Division of Labor; Structural Racism; Capitalist Mode of Production; Modern Slavery; Enslaved Social Being.

1 – Introdução

*A carne mais barata do mercado é a carne negra
(Só serve o não preto)
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra (diz aí!)
Elza Soares*

A carne mais barata do mercado assalariado brasileiro permanece sendo a negra, e isso nos indica, mesmo que no campo da aparência, que o mercado de

¹ Assistente Social, mestre em Política Social – PPGPS/SER/UnB e doutorando em Serviço Social – PPGSS/ESS/UFRJ. Contato: leonardodiasalves93@gmail.com.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



trabalho e a classe trabalhadora brasileira são dilacerados pela divisão racial do trabalho. Dessa forma, o gatilho propulsor dessa reflexão, que nos guiará como fio condutor, consiste na busca por compreender *o emaranhado que é provocado pela divisão racial do trabalho no modo de produção especificamente capitalista.*

Inicialmente, precisamos compreender que o processo de colonização e institucionalização do escravismo moderno manipulou a ideia das raças humanas, que se tornou o principal critério definidor e diferenciador para o tipo de ocupação laboral e, conseqüentemente, em qual classe fundamental do escravismo moderno, os seres sociais oriundos do continente africano², e tidos enquanto negros, ocupariam na sociedade escravista-colonial em desenvolvimento no Brasil.

A partir desse processo desenvolve-se as classes fundamentais do escravismo moderno, ou seja, a classe escravizada negra em antagonismo aberto com a classe escravocrata branca. Diante desse cenário, compreendemos que o processo de racialização do ser social oriundo do continente africano em escravizado negro e o ser social originário do Brasil em indígena, é a base fundante do racismo que categorizamos hoje como estrutural.

Assim, “o racismo, como fenômeno estrutural, estruturante e institucional, é dotado de historicidade e materialidade” (ALVES; GHIRALDELLI, 2022, p. 60). Sendo “[...] também um componente ativo das relações sociais, que incide na política, na economia, na cultura, nas instituições, na educação, no mercado de trabalho e em todo o conjunto da vida social” (ALVES; GHIRALDELLI, 2022, p. 60). O racismo, enquanto uma arma ideológica (MOURA, 1994), é emaranhado no processo de desenvolvimento da consciência social do país, fornecendo-lhe forma e conteúdo.

Nesse ponto, queremos reforçar o que historicamente os movimentos sociais negros e intelectuais brasileiros vem denunciando, ou seja, que *o racismo é um*

² Que passaram pelo processo de transformação de seres sociais livres para seres sociais escravizados, expostos à exploração da força de trabalho escravista racializada.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

problema histórico na realidade brasileira, assim como o que dele se origina, como a divisão racial do trabalho. Dessa forma, entendemos que a gênese do racismo estrutural no Brasil encontra-se no escravismo moderno e a sua base fundante na *racialização do ser social*. O que era larval, como um verme que foi se nutrindo da carne podre do período escravista colonial-imperial, se fortaleceu plenamente por mais ou menos 400 anos, e alcançou o patamar de estrutura social na realidade capitalista brasileira. Dessa forma,

[...] não se estudar os quatrocentos anos de escravidão, as suas limitações estruturais, as suas contradições, as limitações do seu ritmo de produção, e, finalmente, a alienação total da pessoa humana – explorados e exploradores – *é descartar ou escamotear o fundamental* (MOURA, 1983, p. 124, *grifos nosso*).

O método que utilizamos para nos aproximar desta realidade concreta foi o materialismo histórico e dialético, por se tratar de um método que possui abordagem ontológica, exigindo um constante exercício reflexivo para se aproximar do complexo movimento da realidade, das suas contradições e tensões. Dessa forma, precisamos partir da compreensão materialista e histórica do racismo e o que lhe fundamenta como estrutura social na realidade brasileira. Consideramos, que é primordial buscar compreender o processo de racialização do ser social a partir da ontologia marxista do ser social, por considerarmos, que a não compreensão do escravizado enquanto ser social contribuiu para a (re)produção do racismo, dessa forma, precisamos buscar sedimentar a compreensão crítica e de totalidade do escravismo moderno.

Compete-nos, portanto, questionar: se a gênese do racismo, que se estruturou no Brasil, e que hoje é categorizado enquanto uma estrutura social, por ampla parcela dos movimentos sociais, intelectuais e até pelo próprio Estado, a partir do que estamos afirmando acima, encontra-se no escravismo moderno, como o processo de racialização do ser social, a partir da sua transformação em escravizado negro, como a base fundante do racismo no Brasil, provocou, como afirmou Quijano (2005), a associação estrutural e o reforço mútuo entre a raça e a divisão do trabalho, conformando no racismo que fundamentou e sustentou o processo embrionário da

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



divisão racial do trabalho no escravismo moderno, que identificamos como um problema atual brasileiro?

2 – A BASE FUNDANTE DO RACISMO E O PROCESSO EMBRIONÁRIO DA DIVISÃO RACIAL DO TRABALHO NO ESCRAVISMO MODERNO

O debate referente ao escravismo moderno é indispensável para analisar a divisão racial do trabalho. Trata-se de um componente histórico fundamental para apreender a formação sócio-histórica e racial brasileira, e, de modo geral, da América Latina. As consecutivas aproximações com esse debate, com saltos e recuos, nos favoreceu compreender que a unidade matriz do escravismo moderno foi o *ser social escravizado negro*. Compreendemos o *escravismo moderno* a partir do *pensamento moureano*, pois, de acordo com Moura (2013, p. 149-150, *grifos do autor*), o escravismo moderno foi um

Modo de produção que surgiu com o mercantilismo e a expansão do capitalismo, sendo um dos elementos constituintes básicos da acumulação primitiva de capital. Embora com diferenças tangenciais, o escravismo moderno, também chamado de escravismo colonial, reproduziu na sua estrutura e refletiu na sua dinâmica as leis econômicas fundamentais do modo de produção escravista antigo, sendo a mais importante a situação do escravo como *instrumentum vocale*, isto é, sua equiparação às bestas, existindo por isso a redibição em caso de defeitos físicos, quando o vendedor não os comunicava ao comprador. A escravidão moderna expandiu-se nas colônias da Inglaterra, Portugal, Espanha, Holanda, França, etc., tendo como elemento escravo os filhos do continente africano. Calcula-se (numa estimativa incompleta e ideologicamente comprometida) que cerca de dez milhões de africanos foram trazidos a partir do século XIV, quando, através das Cruzadas, a Europa, inicialmente, e os territórios coloniais, em seguida, foram inundados de “infiéis”, no primeiro caso, e de “bárbaros”, no segundo. No entanto, a presença de escravos na Europa não configurou ali um modo de produção escravista, fato que se iria verificar nas suas colônias, através de mecanismos impostos pelas metrópoles e de códigos negros ou outros tipos de leis. Por isso mesmo, muitos estudiosos denominam o escravismo moderno de escravismo colonial. Como conceito para delimitar geográfica e historicamente esse novo escravismo, existente na periferia das metrópoles colonizadoras, o termo é válido, mas não quando se deseja impô-lo como um modo de produção escravista com leis específicas e próprias. No Brasil, o modo de produção escravista durou quase quatrocentos anos, influenciou poderosamente no *ethos* da nação e até hoje há vestígios das relações existentes naquele período, marcando as limitações do capitalismo dependente que o substituiu.

PROMOÇÃO



APOIO





Quijano (2005, p. 118-119) afirma que a América constitui-se como o “primeiro espaço/tempo” de um padrão de poder de “vocação mundial” e conformando-se como a primeira identidade da modernidade. Esse processo desencadeou-se a partir de dois processos históricos, que se convergiram e se associaram na produção desse “espaço/tempo”. Esses dois processos estabeleceram-se como dois eixos fundamentais do novo padrão de poder: a ideia de raça para identificar conquistadores e conquistados; e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, aprisionados ao capital e ao mercado mundial. O autor destaca que a ideia de raça moderna não existia, ou se tem história conhecida, antes da América, “talvez se tenha originado como referência às diferenç as fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos” (QUIJANO, 2005, p. 117). Destaca-se que

Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em conseqüência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos (QUIJANO, 2005, p. 117-118)

Além disso, o autor também afirma que

As novas identidades históricas produzidas sobre a idéia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforç ndo-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se.

Desse modo, *impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho*. Na  rea hisp nica, a Coroa de Castela logo decidiu pelo fim da escravidão dos índios, para impedir seu total extermínio. Assim, foram confinados na estrutura da servidão. Aos que viviam em suas comunidades, foi-lhes permitida a prática de sua antiga reciprocidade – isto é, o intercâmbio de força de trabalho e de trabalho sem mercado – como uma forma de reproduzir sua força de trabalho como servos. [...] os negros foram reduzidos   escravidão. Os espanhóis e os portugueses, como raça dominante, podiam receber salários, ser comerciantes independentes, artesãos independentes ou agricultores independentes, em suma, produtores independentes de mercadorias. Não obstante, apenas os nobres podiam ocupar os médios e altos postos da

PROMOÇÃO



APOIO

administração colonial, civil ou militar (QUIJANO, 2005, p. 118-119, *grifos nossos*).

Quijano e Wallerstein (1992) compreendem que a constituição da América Latina foi o aspecto constitutivo do moderno sistema mundo. Os autores compreendem que a América não foi incorporada em uma economia mundial capitalista, muito pelo contrário, pois, não seria possível a existência da economia mundo-capitalista sem a constituição da América. Descortina-se, a partir dos autores, que o desenvolvimento da economia mundo, estabeleceu três necessidades fundamentais: a) a expansão do mundo geográfico; b) desenvolvimento de vários métodos de controle do trabalho para distintas produções e zonas contempladas pela economia mundo; c) criação de aparatos de Estado, relativamente fortes, que, posteriormente, foram convertidos em Estados centrais para a economia mundo capitalista.

Nkrumah (2018) compreende que, qualquer situação histórica vai produzir a sua própria força dinâmica, nesse sentido, o autor reforça que, os problemas sociais e raciais no continente africano nasceram da exploração capitalista. O autor afirma que

Um exemplo clássico é a África do Sul e a dupla exploração, de classes e racial, da qual sofrem os sul-africanos. Tal situação repete-se nos EUA, nas Antilhas, na América Latina e por toda parte onde o desenvolvimento das forças de produção engendrou uma estrutura social racista. Nestes países, a posição social é função do grau de pigmentação da pele. A cor serve para avaliar o lugar ocupado na hierarquia social (NKRUMAH, 2018, p. 40-41).

Fanon (2005, p. 55-56) afirma que

A originalidade do contexto colonial é que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não conseguem nunca mascarar as realidades humanas. Quando se percebe na sua imediatez, o contexto colonial, é patente que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é também superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser sempre ligeiramente distendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial. Até mesmo o conceito de sociedade pré-capitalista, bem estudado por Marx, deveria ser repensada aqui. O servo é de uma essência diferente da do cavaleiro, mas

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



uma referência ao direito divino é necessária para legitimar essa diferença de status. Nas colônias, o estranho vindo de fora se impôs com a ajuda dos seus canhões e das suas máquinas. A despeito da domesticação bem sucedida, apesar da apropriação, o colono continua sempre sendo um estranho. Não são nem as fábricas, nem as propriedades, nem a conta no banco que caracterizam primeiramente a “classe dirigente”. A espécie dirigente é primeira aquela que vem de fora, aquela que não se parece com os autóctones, “os outros” (FANON, 2005, p. 56-59)

É primordial distanciar-se da compreensão do ser social escravizado como um mero instrumento de trabalho, coisa ou animal, pois essa concepção não dar conta e nem se propõem apreender o escravizado enquanto um ser social que teve a sua força de trabalho, a sua corporeidade, a sua vida, ele como um todo, aprisionado pelo trabalho escravista. E esse processo complexifica-se com a equivalência entre “escravo” e “negro”, e isso pode ser observado na literatura especializada sobre o escravismo brasileiro.

Essa simbiose entre os termos escravizado e negro, demonstra a tônica de como o racismo larval associou-se estruturalmente à raça e à divisão do trabalho (QUIJANO, 2005), resultando na divisão racial do trabalho, não como um acidente de percurso, mas como elemento dinâmico indispensável para a produção de mercadorias no escravismo moderno. Apreender esse processo é de fundamental importância para a crítica da divisão racial do trabalho no processo histórico brasileiro. Sobre o processo de simbiose entre “escravo” e “negro”, Moura (2014) considera que

A situação do negro imbricava na situação do escravo. Sem desconhecermos as diferenças culturais das diversas etnias que para aqui foram trazidas, temos de reconhecer, porém, que o determinante fundamental do seu comportamento, quer de passividade quer de rebeldia, foi a sua situação de escravo. Assim como, do ponto de vista da classe senhorial, o que determinou basicamente o seu comportamento despótico não foi o seu cristianismo, a sua predisposição à miscigenação, mas a sua posição de senhores de escravos. Os pelourinhos, os açoites, as penas de morte, o ferro em brasa contra negros fugidos e outros tipos de suplícios empregados não eram mais do que mecanismos de defesa odiosos dos senhores de escravos independentemente dos seus pretensos padrões culturais civilizados (MOURA, 2014, p.41).

A divisão racial do trabalho enraizou-se no Brasil a partir da exploração da força de trabalho escravista, e como bem demonstrou Moura, o ser social escravizado,

PROMOÇÃO



APOIO





nessa específica divisão do trabalho, estava condenado a ser explorado até a sua inutilidade ou morte. “Por outro lado, o branco senhor de escravos era o homem sem devir porque não desejava a mudança em nenhum dos níveis da sociedade. Completamente obturado pelo sistema fechado, *o senhor de escravos é o exemplo do homem alienado*” (MOURA, 1983, p. 124). De tal modo, a partir da análise de Moura (1983), é possível identificar que a divisão racial do trabalho, no escravismo moderno, se emaranhou nas classes fundamentais do escravismo, e a partir dela tais classes se fundamentaram, mediada pelo processo de coisificação inerente ao processo de exploração da força de trabalho do ser social escravizado.

Portanto, o regime totalitário de exploração da força de trabalho escravista e a predominância da exploração da força de trabalho dos seres sociais racializados como negros, conformou na gênese do racismo antinegro e no processo de consolidação da divisão racial do trabalho no Brasil.

3 – DIVISÃO RACIAL DO TRABALHO E (RE)PRODUÇÃO DO RACISMO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Na transição do escravismo moderno para o modo de produção especificamente capitalista³, o ser social escravizado, tido como um anacronismo, passa pelo processo de ser reconhecido como um sujeito livre, mas um cidadão incompleto e subempregado, inserido nos piores postos de trabalho, espoliados das zonas produtivas, com salários infames e insuficientes para a sua reprodução social. Por outro lado, o ser social que constituiu a classe escravagista passa por um

³ “A “pureza” de um modo de produção, em Marx, não significa a adoção de método “a priori” e a projeção de um conceito ou um modelo teórico-formal sobre a realidade: “pureza” tem caráter empírico (realidade estruturada historicamente) e constitui um destaque para analisar a forma social dominante das relações de produção entre produtores (trabalhadores) e não-trabalhadores no processo de produção imediato. Neste sentido, o conceito de modo de produção é uma abstração real, e não uma criação intelectual da mente, já que sua gênese tem origem na prática social, em que certos aspectos ou tendências essenciais da realidade são enfatizados em detrimento da totalidade social concreta. “Pureza” em Marx é estratégia de exposição da matéria, não uma criação arbitrária do autor (um “deus ex machina”), pois tem como objetivo apresentar o resultado parcial de uma investigação e destacar as formas essenciais da produção dominante, com abstração das formas de produção subsidiárias ou recessivas, que são secundárias para a compreensão da tendência histórica principal” (LIMA, 2013, p. 476-477).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



processo de continuidade e modernização do seu caráter de classe dominante. O racismo é introjetado e utilizado como uma arma ideológica da classe dominante, provocando e justificando a continuidade e a consolidação da divisão racial do trabalho no modo de produção especificamente capitalista. É importante compreender que

[...] o racismo, estando enraizado na dominação colonialista e imperialista, exige, para a sua análise, ser situado histórica e geopoliticamente na dinâmica concreta da realidade sob a qual se manifesta. São das suas manifestações cotidianas, mais ou menos explícitas, que constatamos a sua existência e coloca-se a necessidade de entender os seus fundamentos e transformar a realidade que o cria. Suas manifestações são o ponto de partida que aparece como singular, e só no processo de investigação das suas múltiplas determinações – do abstrato ao concreto – pode-se evidenciar a complexidade da sua dinâmica no bojo das relações sociais contraditórias que sustentam o capitalismo (SOUZA, 2021, p. 22)

Marini (2005) afirma que o modo de produção capitalista apropria-se da força de trabalho, e não apenas dos produtos resultantes do trabalho. Para o autor o escravismo tem uma adaptação maior com o capital que a servidão, “[...] não sendo acidental que as empresas coloniais diretamente conectadas com os centros capitalistas europeus [...] foram assentadas sobre o trabalho escravo” (MARINI, 2005, p.157). Osorio (2020, p.3) compreende que

O capital é uma relação social que articula de maneira simultânea as relações sociais de exploração e as relações sociais de domínio e poder. Assim como não é possível compreender a exploração sem considerar as relações políticas de dominação e poder – que permitem o surgimento de grupos sociais despojados dos meios de produção e dos meios de vida, através da violência, da coerção e do domínio de classes –, da mesma forma não é possível explicar as relações de domínio e poder condensadas no Estado de modo alheio às relações sociais de exploração, processos que o capital, como já destacamos, busca velar.

O capitalismo dependente no Brasil, de acordo com Moura (2020), tem raízes profundas no escravismo moderno. O escravismo moderno formou-se a partir de duas fases: plena e tardia, sendo embrionário no escravismo moderno pleno, na dependência econômica da metrópole portuguesa e da economia mundial. Porém, potencializa-se no escravismo moderno tardio, tendo por característica a dependência econômica da economia mundial, principalmente da Inglaterra, mas tendo como fator

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



importante o processo de modernização e endividamento, ambos agenciados pela Inglaterra, mas como na primeira fase do escravismo moderno, a economia era majoritariamente produzida pelo sobretrabalho do ser social escravizado.

Assim, precisamos compreender que o processo de transição da predominância do trabalho escravista para trabalhador livre, na radicalização do trabalho assalariado, se deu em uma sociedade racista e cristalizou a divisão racial do trabalho no modo de produção especificamente capitalista. Moura (1983, p. 124) afirma que

O fato histórico-social mais importante para a formação brasileira - quase quatrocentos anos de escravismo colonial - parece, no entanto, que não sensibiliza ou estimula os nossos cientistas sociais, mais voltados para assuntos tópicos, centrados em fatos e processos secundários, fugindo, assim, de analisar mais profundamente o modo de produção escravista, como ele se manifestou no Brasil e as muitas (e profundas) aderências sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que deixou na nossa sociedade atual.

A forma política que resultou no processo de abolição, realizou a manutenção do *status quo*, que determinou os elementos necessários para a formação do capitalismo dependente que vivemos hoje no Brasil. Portanto, os moldes da transição para o modo de produção capitalista, teve uma relação direta com a ideologia racista que foi “[...] manipulada e entrará como componente do pensamento elaborado pelas classes dominantes [...]” (MOURA, 2014, p. 42) na continuidade da divisão racial do trabalho.

Esse processo desencadeou uma competição desigual entre as/os trabalhadoras/es negras/os e as/os trabalhadoras/es brancas/os imigrantes e nacionais, fazendo com que a classe trabalhadora negra fosse centralizada na marginalização do trabalho, no subemprego, experimentando cotidianamente os rebatimentos da divisão racial do trabalho e a superexploração do trabalho. Fagundes (2020, p. 62) compreende que

Os elementos de dinamização do capitalismo dependente brasileiro encontraram na força de trabalho do trabalhador branco – nacional e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



estrangeiro – um agente quase monopolizador das funções ocupacionais. Enquanto isso, ao trabalhador negro se abriam restritas possibilidades: lenta adesão aos setores subalternos do operariado urbano ou uma vida entregue à alta rotatividade laboral, atravessada pelo ócio compulsório e, conseqüentemente, a criminalização pelas forças repressoras do Estado nacional. Uma estrutura edificada com auxílio permanente de um arcabouço ideológico com função exclusiva de elaborar, de forma sofisticada, um amplo leque de tendências da opressão racial no âmbito acadêmico e intelectual brasileiro. A combinação de diversos aspectos contrários à população negra se desdobrou não só na produção de uma divisão social do trabalho, mas na imposição de uma divisão racial do trabalho.

Marini (2005) explica que a análise das formações sociais desenvolvidas permite, de certa forma, analisar as formações ainda embrionárias, porém, ao analisar “[...] o desenvolvimento ainda insuficiente de uma sociedade, ao ressaltar um elemento simples, torna mais compreensível sua forma mais complexa, que integra e subordina esse elemento” (MARINI, 2005, p.139). A dependência é, para o autor, portanto, uma relação que gera a subordinação entre as “[...] nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005, p.141). Luce (2018, p. 197-198) destaca que

Como toda categoria no marxismo, a dependência é síntese de múltiplas determinações. Estas residem no cruzamento de relações causais inscritas nos níveis de abstração *da economia mundial* e das formações econômico-sociais. Sob as relações de dependência, as tendências de movimento do modo de produção capitalista operam de maneira *negativamente determinada*, sem que seus elementos contratendências se apresentem no mesmo grau e sob as mesmas formas que atuam nas economias dominantes. Isto engendra contratendências particulares, provocando uma diferenciação das formações econômico-sociais e dando lugar ao surgimento de *leis tendências específicas à economia dependente*. Essas leis tendências específicas são um dos traços mais distintivos da dependência. Elas não estão desvinculadas da lei do valor e das leis gerais de funcionamento do capitalismo, mas são sua expressão particular que, à base de repetição histórica, cristaliza-se em novos fenômenos estruturais. Com caráter de lei, como na superexploração da força de trabalho, nas transferências de valor como intercâmbio desigual e na cisão no ciclo do capital, sob as quais as contradições do capitalismo se tornam mais agudas e a exploração se impõe de maneira brutal sobre a classe trabalhadora e a grande massa do povo.

Bambirra (2015) afirma que o desenvolvimento do capitalismo latino-americano se deu no contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial, assumindo as

[...] formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais (BAMBIRRA, 2015, p. 33).

Fernandes (1972) considera que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro foi atravessado por um processo que não provocou rupturas com a estrutura anterior, não houve mudanças estruturais radicais de poder. Tratou-se, da realização de mudanças institucionais e ações de infraestruturas econômicas, assim como de transporte e de serviços que visavam o atendimento dos interesses privados imediatos.

Observa-se, nesse cenário, que a classe trabalhadora negra, em sua grande maioria, passou a ser inserida em postos de trabalho precarizados, subalternizados e com os salários mais baixos, em relação a classe trabalhadora branca. E, isso também pode ser atestado no âmbito do gênero, pois homens e mulheres brancas/os recebem mais que homens e mulheres negras/os; sendo a/o trabalhador/a negra/o, essencialmente, a mão de obra mais barata no mercado de trabalho assalariado. E esses processos revelam a importância da divisão racial do trabalho para o modo de produção capitalista, não como um acessório da exploração da força de trabalho capitalista, mas como um fundamento e fundamentação do processo de desenvolvimento das forças produtivas na divisão social e técnica do trabalho no mercado de trabalho assalariado capitalista.

A divisão racial do trabalho, no modo de produção especificamente capitalista, assume particularidades que são determinadas pela formação sociorracial, econômica, étnico-racial e política do Brasil. De tal modo, devemos buscar apreender o processo de (re)produção do racismo, mediado pela divisão racial do trabalho, no “chão de fábrica” da sociedade inserida no capitalismo dependente. Assim, consideramos que a divisão racial do trabalho é um ordenamento do racismo estrutural, que incide diretamente na vida cotidiana da classe trabalhadora. Pois, “quando observamos especificamente as condições de trabalho, percebemos que a classe trabalhadora mais pauperizada no Brasil é negra” (FARIAS, 2017, p.409). Além disso, desde o escravismo moderno, a divisão racial do trabalho vem determinando quais as ocupações laborais, postos de trabalho e/ou profissões que serão

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



largamente enegrecidas, no âmbito da divisão social e técnica inerente ao modo de produção especificamente capitalista.

Alves (2022) indica que a presença do racismo no mercado de trabalho assalariado brasileiro conforma a divisão racial do trabalho, configurando-se, fundamentalmente, como um ordenamento do próprio racismo estrutural na atualidade. Dessa forma, o autor afirma que a finalidade da divisão racial do trabalho é estabelecer as condições necessárias para excluir e marginalizar a classe trabalhadora negra do mercado de trabalho assalariado formal, considerando que, ao mesmo tempo, também determina quais serão “[...] as condições materiais para a população negra ser inserida de forma precária em postos de trabalho informais ou com salários insuficientes para a reprodução da vida” (ALVES, 2022, p. 213).

A divisão racial do trabalho é fundamental para a (re)produção do racismo estrutural no capitalismo dependente. O racismo, enquanto estrutura social, é estruturante das divisões de classe, e utiliza a divisão racial do trabalho para determinar quais serão as condições e formas de inserção da classe trabalhadora negra nos postos de trabalho e quais serão os rebatimentos nas condições concretas de reprodução social, o que resulta em uma dupla exploração e opressão da classe trabalhadora negra. Dessa forma, o racismo na América Latina vem se reciclando, ampliando e criando outras formas de se (re)produzir que, somado a superexploração do trabalho, condicionou a continuidade da divisão racial do trabalho e que, em relação ao Brasil, dinamiza as relações sociais e de produção capitalista. A divisão racial do trabalho remete ao caráter racista da racialização do trabalho, favorecendo um cotidiano totalmente adverso para a classe trabalhadora negra, com mínimas ou quase nenhuma condição de reprodução social, são compulsoriamente introduzidos na precarização do trabalho.

4 - CONCLUSÃO

Concluimos, que a divisão racial do trabalho é a espinha dorsal da (re)produção do racismo no modo de produção capitalista. A divisão racial do trabalho é uma das formas de (re)produção do racismo no modo de produção capitalista, que

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



acentua-se como um dos principais tentáculos da estrutura racista na sociedade brasileira, na América Latina, e no globo terrestre como um todo. Não se trata de um acidente de percurso ou um produto do comportamento racista da burguesia, mas, fundamentalmente, trata-se da própria (re)produção do racismo, e assim como o seu fundamento, está enraizada na realidade brasileira.

5 - Referências

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. In: **R. Katál.**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 212-221, maio-ago, 2022.

ALVES, Leonardo Dias; GHIRALDELLI, Reginaldo. A divisão racial do trabalho na formação social brasileira. In.: NEVES, Angela Vieira; GHIRALDELLI, Reginaldo (organizadores). **Trabalho, democracia e participação no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente latino-americano**. 3.ed. Florianópolis: Insular, 2015.

FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro. In.: **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 55 – 68, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FARIAS, Marcio. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil. **SER Social**, [S. l.], v. 19, n. 41, p. 398–413, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

LUCE, Mathias S. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética da dependência. In.: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org). **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, 1983.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, ago./out. p. 28-38, 1994.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5.ed. São Paulo: Anita Garibaldi coedição Fundação Maurício Grabois, 2014.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NKRUMAH, Kwame. **Luta de Classes em África**. 2. ed. Edições NOVA CULTURA, 2018.

OSORIO, Jaime. O Estado contrainsegurança com coro eleitoral na América Latina. ODELA/ **Observatório do Estado Latino-Americano**, 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. 2005.

QUIJANO. Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanidad como concepto, o América en el nuevo orden mundial. In.: **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, XLIV, UNESCO, diciembre 1992.

PROMOÇÃO



APOIO

